



FORÇA AÉREA

GABINETE DE COORDENAÇÃO

TEXTO DE APOIO Nº ---33
Lisboa, --29JUL75-----

Assunto : Intervenção do Presidente da República e do Primeiro Ministro na Assembleia do MFA de 25 de Julho.

Reuniu em 25 de Julho no Centro de Sociologia Militar a Assembleia do MFA.

A seguir se transcreve a intervenção do Presidente da República, Gen. Costa Gomes e alguns extractos da intervenção do Primeiro Ministro Gen. Vasco Gonçalves que, pela importância de que se revestem devem servir de base para uma reflexão sobre o actual momento político.

Igualmente se transcreve a proposta aprovada pela Assembleia a favor de um reforço da autoridade revolucionária e da coesão de esforços no avanço do processo em curso.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA -

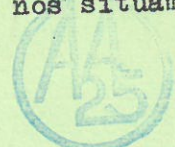
"Todos nós estamos conscientes da extrema sensibilidade dos problemas que aqui temos debatido.

Também sabemos que a revolução entrou na fase decisiva, cuja saída pacífica passa pelo senso, pela tolerância, pelo equilíbrio dos inúmeros factores determinantes.

Suponho muito útil fazer uma análise de duas realidades que se não podem ignorar:

- Que assembleia somos?
- Que sociedade somos, neste dia e hora?

Como assembleia creio que nos poderemos definir como sendo elementos da vanguarda revolucionária das forças armadas mas não a sua mediana: estamos no primeiro pelotão de um povo que avança mas não nos situamos na zona



central da coluna de marcha.

Somos o ponto fulcral do processo revolucionário: mas estamos fortemente influenciados pela macrocefalia política da cidade de Lisboa.

Como nos podemos definir como sociedade?

Temos em Lisboa um microcosmos político, mais apto a absorver os avanços revolucionários mas que projecta um círculo de agitação e ansiedade na cintura industrializada cujo raio é da ordem dos 30 Km.

O resto do país corre o risco de perder a ligação com a frente da coluna, com zonas onde cresce um descontentamento já sensível e outras batidas na passada e atraídas pelo reaccionarismo.

A nossa revolução fez-se pelo povo e terá de ser feita com o povo, enquanto classes mais desfavorecidas.

As revoluções são um momento histórico que se aplica a um povo concreto, que é como é e não como sonhamos que deva ser.

Avançar com um processo revolucionário tem um ritmo máximo muito concreto, muito pragmático, sob pena de ruptura com forças internas e externas que se tornariam oponentes.

Coloquemos por momentos de parte as ideologias que nos animam e verifiquemos humildemente que a quase totalidade do povo esteve com a nossa revolução e hoje temos que reconhecer que isso não acontece.

A marcha da revolução tomou uma aceleração que o povo não tem capacidade de absorver.

Coloco uma pergunta:

Devemos fazer um compasso de espera estendendo a mão aos que ficaram para trás ou devemos acelerar uma vanguarda que deslocará mais da coluna de marcha?

Este é o primeiro ponto de reflexão que proponho.

Vejamos agora um assunto que necessita ser clarificado.

Todos nós desejamos construir a independência nacional.

Qual o caminho mais viável?

Recordemos alguns dados essenciais do problema:

Temos uma história, uma situação geográfica e posições estratégicas cuja importância não necessito explicar aos camaradas: são vossas conhecidas e são condicionantes alheias à nossa vontade.

.../...



FORÇA AÉREA - GABINETE DE COORDENAÇÃO

TEXTO DE APOIO Nº33 DE 29 / 11 / 75

CONTINUAÇÃO Nº1

Temos em relação ao Ocidente, sobretudo em relação à Europa, extremas vulnerabilidades.

O nosso comércio externo, nos dois sentidos, depende do Ocidente mais de 80 por cento.

Temos fora do país cerca de 3 000 000 de emigrantes e colonos.

Uma manobra ocidental concertada, de redução das trocas comerciais e da devolução dos emigrantes é uma ameaça para a qual não temos qualquer resposta válida.

Nos EUA e Canadá temos cerca de um milhão e meio de açoreanos e madeirenses.

A situação psicológica da população e a análise geoestratégica dos Açores e da Madeira mostram-nos como é fácil uma manobra político-militar com base nestas parcelas de Portugal.

Parece-me sinceramente que a independência nacional não pode ser conseguida a curto prazo por qualquer via que envolva a hostilização do Ocidente.

A liberdade, a independência e a felicidade do povo português exige mais senso do que idealismo, mais inteligência do que orgulho, mais moderação do que coragem verbal.

Creio que temos que reconhecer as actuais dependências do Ocidente e incrementar a fundo as ligações com os países socialistas e com o Terceiro Mundo.

Assim, com inteligência e tempo podemos visionar o momento futuro em que o nosso centro de gravidade político-económico se situe numa área onde se anulem os campos de força dos grandes poderes mundiais.

É nessa área que teremos então o valor máximo da liberdade de acção, a optimização do conceito independência Nacional.

O segundo ponto de reflexão, que proponho a esta assembleia é, pois, o estudo de uma via pragmática para a nossa independência nacional.

Para terminar falemos sobre descolonização.

Sei que ninguém tem dúvidas que descolonizar é um dos objectivos fundamentais da revolução, diria mesmo a motivação mais profunda da nossa acção anti-facista.

Todos aceitamos que descolonizar é libertar povos oprimidos, sem os abandonar a outras formas de poderes opressores.

Admitindo que esta assembleia está na primeira linha das nossas responsabilidades, em Angola teremos que pensar na nossa capacidade de motivar as forças militares.

Este é o terceiro ponto de reflexão que esta assembleia necessita considerar".

-----0-----

O Primeiro Ministro, Gen. Vasco Gonçalves fez uma análise circunstanciada do momento político nacional e dos seus precedentes salientando que a incompreensão do processo histórico pode levar a um clima de desconfiança mútua que em nada ajuda a **correção** dessas incompreensões e conhecimentos mal fundamentados.

A situação sócio-política dos últimos tempos que antecederam o 25 de Abril pode ser caracterizada da seguinte maneira:

- Larga ofensiva da classe operária no perímetro industrial de Lisboa.
- Crise estudantil em que o factor "guerra colonial" terá sido de suprema importância.
- **In**cremento da actividade das forças políticas clandestinas.
- Distorção e crise do capitalismo.

A crise do capitalismo monopolista de Estado caracterizou-se pelo desenvolvimento extremo do sector terciário (comércio e serviços) tendo como contrapartida um subdesenvolvimento latente nos sectores primário (agricultura) e secundário (indústria), sectores estes cujo grau de atrofiamiento denuncia uma economia assente em privilegiamentos monopolistas.

Posteriormente ao 25 de Abril as forças reaccionárias procuraram recuperar o sistema em que a grande burguesia continuaria a dominar. Assim, as três crises-golpes sucederam-se num crescente de violência correspondente à crescente frustração e desespero das forças reaccionárias pelos golpes falhados.

A primeira crise de vulto circunstanciou-se ao cenário restrito dos Gabinetes. Foi a crise Palma Carlos.

Com o 28 de Setembro os monopolistas procuraram o apoio da burguesia -

.../...



FORÇA AÉREA - GABINETE DE COORDENAÇÃO

TEXTO DE APOIO Nº 33 DE 29 / 7 / 75

CONTINUAÇÃO Nº 2

sia e de alguns incautos trabalhadores não esclarecidos forjando a "maioria silenciosa" que se sumiu face à intensa e verdadeira mobilização popular.

O 11 de Março caracterizou-se pela acção directa e violenta.

Após o 28 de Setembro o capitalismo afundou-se; como todo o capitalismo era incapaz de resistir à luta total aberta pelos trabalhadores.

As nacionalizações retirando o poder aos monopolistas vieram a constituir os alicerces da futura sociedade socialista.

A classe intermédia, a pequena burguesia e alguns elementos da média burguesia aliam-se inevitavelmente à classe que comanda, à classe que detém o poder. Esta é a classe que em determinadas condições se pode aliar à classe revolucionária - à classe dos trabalhadores.

"O arastamento da pequena e média burguesia corresponde a um estrangulamento da base social de apoio.

A nossa base política de apoio é estreita mas poderá ser alargada com medidas concretas, através de um Estado com forte autoridade positiva e disciplina revolucionária.

Em relação à velocidade da marcha do processo em curso o Primeiro Ministro disse duvidar que o processo pudesse ter avançado mais devagar."

"Agora podemos consolidar o avanço e alargar a nossa base de apoio."

E em relação à consciência de classe afirmou:

"Diz-se que o povo está contra nós ... O que há é um atraso na consciência social das pessoas em relação às suas condições materiais. Há que pô-lo de acordo com as condições de transição para o socialismo."

Relativamente ao tipo de medidas a adoptar o Primeiro Ministro afirmou: "O governo tem de adoptar medidas estruturais e não conjunturais (tipo plano Marshal) - estas últimas são as do tipo da social democracia. No entanto, após a definição de um conteúdo estrutural que conduza à sociedade socialista há que aplicar algumas medidas conjunturais.

E sobre a crise em que se tem vivido o Gen. Vasco Gonçalves afirmou que "com o clima conspirativo que existe em Portugal é que não é possível construir o socialismo". A social democracia em Portugal é o caminho

.../...



para o fascismo.

A tese de "um passo atrás e dois à frente" pressupõe uma autoridade revolucionária. Se a não temos, então, a um passo atrás, poderão seguir-se outros."

O Reforço do Poder Político-Militar e a consolidação das bases do Poder Popular com ampliação e reforço da aliança Povo-MFA virá alargar a nossa base de apoio.

Dos conflitos vividos ultimamente há que reter que certas lutas partidárias têm como causa a luta de classes.

Se nos deslocamos do povo pomos em perigo a revolução.

Teremos que nos esforçar por vencer a contradição entre a classe a que pertencemos (pequena burguesia) e a classe que defendemos (classe desfavorecida).

O Primeiro Ministro apresentou uma proposta tendente a reforçar e estabilizar o Poder Revolucionário. Esta Proposta inclui as seguintes medidas:

- Constituição imediata de uma direcção política do Conselho da Revolução, com plenos poderes.
- Anúncio público solene da constituição dessa Direcção Política.
- Unificação e subordinação do poder militar à Direcção Política.
- Lançamento de uma frente unitária patriótica.
- Posições públicas dos órgãos e elementos responsáveis do MFA e do Governo coerentes entre si.
- Política de informação coerente com a orientação do Governo.
- Exercício de demonstrações exemplares de autoridade que manifestem um poder central efectivo e revolucionário.

-----0-----

PROPOSTA APROVADA PELA ASSEMBLEIA

- 1 - Concentração do poder político-militar nos seguintes membros do Conselho da Revolução:

.../...



FORÇA AÉREA - GABINETE DE COORDENAÇÃO

TEXTO DE APOIO Nº _____ DE ____/____/_____
33 29 7 75

CONTINUAÇÃO Nº _____
3

Presidente da República, General Costa Gomes; Primeiro Ministro, General Vasco Gonçalves; Comandante do COPCON, General Otelio Saraiva de Carvalho.

- 2 - O Plenário do Conselho da Revolução passa a constituir um órgão de conselho para os três elementos referidos no número anterior.
- 3 - Qualquer eventual alteração à composição do Conselho da Revolução, far-se-á nos termos da lei 5/75, por decisão da Assembleia do Movimento das Forças Armadas.

Lisboa, 29 de Julho de 1975

O CHEFE DO GABINETE DE COORDENAÇÃO DO MFA

José Bernardo do Canto e Castro
Maj. Pilav

Handwritten signature

